

# OS CUIDADOS FORA DE CASA NA PRIMEIRA INFÂNCIA E AS IMPLICAÇÕES NO COMPORTAMENTO ANTI-SOCIAL DA CRIANÇA

Roziméri A. Rigon<sup>†</sup>

Resumo: Já é tempo de levarmos em consideração certas questões que a psicanálise e a neurociência há muito vêm enfatizando, ou seja, da importância crucial do desenvolvimento emocional da criança na primeira infância e as suas implicações futuras. Estudos realizados recentemente nos E.U.A. e na Inglaterra, revelam aquilo que o psicanalista Inglês Donald Winnicott já na década de quarenta tinha concluído, de que o comportamento anti-social deve-se em boa parte a um déficit nas relações primárias com a família. Se a criança é submetida desde a mais tenra idade a cuidados fora de casa e se esses cuidados não são estáveis e constantes e, ainda, se os pais não interagem com a criança de modo satisfatório no período em que ela está na sua companhia, as suas capacidades sociais, emocionais e cognitivas certamente ficarão comprometidas, podendo redundar, muitas vezes, em comportamento anti-social. Daí a importância desta abordagem. Cuidar do desenvolvimento infantil deveria ser uma prioridade nas políticas públicas. Este tema, sem dúvida, deveria figurar como prioridade na agenda de qualquer governo que se preocupa com o bem-estar (saúde mental) das crianças: homens do amanhã, Autores, o Centro e o fim de toda a vida em sociedade.

---

<sup>†</sup> Doutoranda em Direito na área de Ciências Jurídico-Criminais pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa; Mestre em Direito na área de Ciências Jurídico-Criminais pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa; Pós-graduada em Direito Ambiental e Especialista em Mediação e Arbitragem pela Universidade Federal de Santa Catarina –Brasil. Consultora Jurídica.

Palavras-chave: cuidados fora de casa, primeira infância, comportamento anti-social.



## INTRODUÇÃO

A infância está passando por uma grande transformação, principalmente nos países mais desenvolvidos economicamente. A força motriz desta mudança deve-se em grande parte ao crescente número de mulheres no mercado trabalho. De acordo com um estudo recente desenvolvido sobre esta matéria (Unicef- *Report Card* n.º 8, 2008), nos países da OCDE<sup>1</sup> mais de dois terços das mulheres em idade ativa trabalham atualmente fora de casa. Em Portugal, a percentagem de mulheres com filhos menores de três anos e que trabalham fora de casa atinge quase o patamar de setenta por cento. Ainda, de acordo com o estudo referido, outro fator que está vinculado a esta questão é a pressão económica sobre os governos, ou seja, quanto mais mulheres estiverem presentes no mercado de trabalho, maior será a contribuição para elevar o PIB,<sup>2</sup> o rendimento fiscal aumenta e faz reduzir os custos da segurança social. Para além disso, o mercado globalizado e cada vez mais competitivo tem induzido os governos e as famílias (pais) a acreditarem que a educação pré-escolar é um investimento certo no sucesso académico e possibilita melhores perspectivas profissionais à geração atualmente em formação. Há muitas outras questões que poderíamos mencionar aqui e

---

<sup>1</sup> Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

<sup>2</sup> Produto Interno Bruto.

que estão relacionadas com esta mudança, como por exemplo a luta contra o decréscimo da natalidade, assunto que já foi intensamente debatido pela Comissão Europeia em 2005 (*apud Report Card* n.º 8, 2008).

Atualmente, nos países industrializados, os serviços de cuidados fora de casa (infantários, creches, etc) fazem parte da vida de milhares de crianças, em idades cada vez mais precoces e durante muitas horas por dia. Exemplo disso é o Reino Unido e os Estados Unidos, onde mais de cinquenta por cento das crianças menores de um ano frequentam algum tipo de estrutura de cuidados fora de casa, dos quais três quartos desde os quatro meses ou ainda mais novos, e durante uma média de trinta horas por semana. Na região flamenga da Bélgica a situação não é muito diferente (*Report Card* n.º 8, 2008).

Estudos de várias partes do mundo (a exemplo, Sylva, 2001; 2003), têm revelado que as crianças menores de três anos que passam muitas horas numa estrutura de cuidados infantis apresentam níveis muito baixos de desenvolvimento, quer social ou emocional. Quanto mais nova é a criança e quanto mais tempo ela passar numa estrutura de cuidados externos, maior é o risco, dizem alguns especialistas (Sylva, Leach; & Stein, 2007). Ao mesmo tempo que estes estudos de «longo prazo» concluem que a educação pré-escolar e os cuidados infantis fora de casa especialmente das crianças com idades entre três e quatro anos, possibilitam uma melhora nas suas aptidões cognitivas e sociais, também demonstram que «elevados níveis de cuidados em grupo antes dos três anos e, em particular, antes dos dois, estavam relacionados a elevados níveis de comportamento anti-social [...]» (Sylva, 2003, p.87).

Sendo assim, amparados não somente na doutrina e na pesquisa revelada pelo *Report Card* n.º 8, da Unicef, mas, inclusive, bastante influenciados pela psicologia do desenvolvimento infantil, afigurou-se-nos oportuno e relevante fazer esta abordagem, no sentido de proporcionar maior

reflexão e debate sobre este tema, principalmente por conta das implicações na personalidade de milhares de crianças, que podem advir de uma descolação massiva nos cuidados infantis fora de casa, da baixa qualidade dos serviços oferecidos por um número significativo de estruturas de cuidados, da falta de qualificação e formação adequadas das pessoas que cuidam das crianças, e da ausência de monitoramento destas entidades por parte do Estado.

## LINHAS GERAIS SOBRE O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Ao longo do século XX o conhecimento científico sobre o desenvolvimento emocional do feto e da criança pequena sofreu significativas alterações. Hoje, é sabido que a criança pequena já nasce com um conjunto de competências que desenvolve desde o ambiente intra-uterino, ou seja, no período gestacional a vida humana já possui um sistema nervoso que é consciente, imaginário e comunicativo. Sendo assim, a relação mental estabelecida entre feto/mãe desde o período gestacional e a continuidade desta relação depois do nascimento, é que vai sustentar todo o desenvolvimento emocional do indivíduo (Sá, 2009). A mãe, em especial, é o mecanismo principal, é o motor que favorece o bom funcionamento da máquina humana, que impulsiona cada gesto, cada descoberta, que acolhe, segura, acalma, que incentiva as potencialidades inatas da criança (Branco, 2000).

Aparentemente, poderíamos concluir que as necessidades básicas de uma criança podem ser supridas por qualquer pessoa que se identifique e que goste dela, mas há determinadas tarefas que só a mãe é capaz de realizar. A mãe, possui uma identificação consciente e profundamente inconsciente com o filho (Winnicott, 2000). É particularmente no início de vida das crianças que as mães são fundamentalmente importantes, e é

tarefa delas dar continuidade àquele pedaço ínfimo do mundo que a criança, através dela, passa a conhecer (Winnicott, 2000 e 2005).

As duas experiências fundamentais da criança nos primeiros três anos de vida são a «individuação» e a «separação».<sup>3</sup> De início, a criança vive uma espécie de «simbiose» com a mãe, com o peito da mãe, que torna-se para ela um «objeto de amor». Até uma determinada fase a criança é extremamente dependente física e emocionalmente da mãe. Nos primeiros meses de vida não existe uma consciência de dependência, não existe uma distinção entre o Eu e o Não-Eu, por isso ela é absoluta. Aos poucos a criança vai tomando consciência que o seu «objeto de amor» é outra pessoa e de forma muito lenta vai seguindo em direção a independência (Winnicott, 2005).

A «individuação» é, portanto, a percepção que a criança passa a ter de si própria e da mãe como indivíduos separados, como seres autônomos. Isto significa que a criança começa a separar-se da mãe e a construir uma visão autônoma das pessoas e dos objetos a sua volta. É nesta fase, que a criança percebe melhor o pai, como o terceiro elemento desta relação triádica, como a figura estruturante da díade inicial (mãe/criança). Este processo fundamental na vida da criança não é apenas o resultado de uma tendência inata ou de algo mecânico, pois se assim fosse todas as crianças conseguiriam executá-lo da mesma maneira e com o mesmo êxito. Pelo contrário, trata-se de um processo dinâmico, baseado na comunicação e na interação entre o indivíduo e o ambiente. Por isso é fundamental que exista neste período um ser humano devotado na vida da criança, que atenda as suas necessidades, que forneça um ambiente favorável e «suficientemente bom» (Winnicott, 1990), uma experiência emocional «suficientemente boa» (Bowlby, 1981). É aqui que se decide se

---

<sup>3</sup> Terminologia utilizada tanto por Donald Winnicott como por Margaret Mahler.

uma criança vai encarar o mundo com confiança, ou pelo contrário, se vai andar sempre «à beira de uma angústia impensável»<sup>4</sup> (Winnicott, 1990).

Quando a mãe de alguma forma falha no seu papel de proteger a criança dessa «angústia impensável», teremos então um indivíduo que precisa defender-se sozinho contra o terror existente em sua psique.<sup>5</sup> Mas, como diz um adágio popular: «a melhor defesa é o ataque». E desta maneira, atacando, aquele cuja mãe falhou em mantê-lo longe do terror expulsa este sentimento de perto de si, adia a catástrofe, e vai vivendo naquele tipo de vida que nós, os indivíduos dito «normais» conhecemos como delinquência. Por isso, tanto se sublinhe na psicanálise o caráter poderoso do vínculo existente entre mãe e filho, pois a privação dos cuidados maternos, a separação da criança dos pais, resulta na maioria das vezes em patologias graves.<sup>6</sup>

Nas instituições de cuidados infantis, objeto principal deste estudo, é comum depararmos com concepções ambíguas e distorcidas do que vem a ser o desenvolvimento infantil, educação e saúde. Não raras vezes entende-se que os cuidados com o corpo da criança devem ficar a cargo dos pais, enquanto os cuidados relacionais (educativos) seriam da competência das instituições. Há, portanto, por parte destas estruturas de cuidados uma dissociação entre cuidados elementares e

---

<sup>4</sup> Essa angústia impensável referida por Donald Winnicott talvez signifique o mesmo que o «medo da morte», mas não a morte no sentido que conhecemos, mas sim uma espécie de medo de aniquilação. Para mais detalhes, ver em Winnicott, 1990.

<sup>5</sup> O que Freud designou por pulsão de morte.

<sup>6</sup> A observação direta entre mães e filhos iniciou-se na década de 40, através dos estudos de Ana Freud, René Spitz, John Bowlby, Margaret Mahler, etc. Mas, certamente foi Donald Woods Winnicott quem mais se aprofundou nesta matéria, tendo desenvolvido um intenso trabalho científico ao longo da sua carreira. Este estudioso procurou afastar a psicanálise de uma posição excessivamente instintivista para dar lugar a uma psicanálise da experiência humana. Já, em 1945, ele atribuía um valor psicológico positivo ao comportamento anti-social em crianças, como sendo uma reação tanto à perda de pessoas que são amadas, quanto à perda de segurança.

educação. A ausência de definições precisas de atitudes e procedimentos (pedagógicos), de formação específica e qualificação dos adultos que cuidam de crianças, faz com que recorram a recursos individuais, sem nenhum critério e reflexão (Maranhão, 1998).

Para atender as demandas das crianças nestas idades, cada qual com a sua especificidade e singularidade, é imprescindível o estabelecimento de vínculos entre o adulto e a criança; é fundamental o fornecimento de um ambiente favorável à criança. E este tipo de ambiente é aquele que tem como característica principal a estabilidade. Estabilidade quer dizer persistência das figuras que prestam cuidados. Por outras palavras, a criança necessita de relações constantes e estáveis com um número limitado de adultos (Pedroso, 2010). De outro modo, é fundamental que o adulto «cuidador» tenha pelo menos um certo conhecimento sobre o desenvolvimento infantil, de modo a perceber que nestas idades a linguagem da criança revela-se através da «emoção e dos movimentos» (Wallon, 1995). Não é a criança que tem de se esforçar para se fazer compreender pelo adulto, ao contrário, é o adulto que deve ter o mínimo de sensibilidade para perceber as suas demandas.

## O LADO POSITIVO DOS CUIDADOS INFANTIS FORA DE CASA

O lado positivo das estruturas de cuidados fora de casa são os benefícios da interação com outras crianças e com pessoal «especializado» (*Report Card*, n.º 8, 2008). Esta interação pode contribuir para o desenvolvimento cognitivo, linguístico, emocional e social da criança. Além disso, para muitas mulheres-mães, uma estrutura de cuidados fora de casa torna-se fundamental, uma vez que lhes possibilita conciliar o trabalho com a maternidade. Não bastasse isso, os maiores

benefícios,<sup>7</sup> vão para as crianças menos favorecidas economicamente, pois «bons cuidados na infância podem compensar, pelo menos, parcialmente, uma vida familiar desfavorecida» (Cleveland; Krashinsky, 2003). De igual forma, um relatório do Conselho Nacional de Investigação dos E.U.A.(*apud Report Card* n.º8, 2008) demonstra que as estruturas de cuidados infantis podem proteger as crianças dos efeitos prejudiciais de uma mãe desvinculada de sua função materna, assim como dos conflitos domésticos e da pobreza. Para corroborar, a análise realizada em 2006, pela OCDE, relativamente aos serviços para a primeira infância, demonstra com base em investigações realizadas por vários países membros, que um bom ambiente de cuidados fora de casa pode contribuir para o bom desenvolvimento e para o sucesso escolar daquelas crianças em situação económica desfavorecida.<sup>8</sup> Isso significa que os serviços de cuidados fora de casa, desde que de boa qualidade, pode reduzir as desigualdades e a desvantagens entre as crianças pobres e as crianças de nível social mais elevado.

Todavia, em que pese tais benefícios, convém lembrar que a família é e continuará desde sempre sendo o fator mais importante e mais influente no desenvolvimento humano (Winnicott, 2005), e seria um absurdo admitir que os cuidados fora de casa, embora de boa qualidade, compensem o fator pobreza ou a desresponsabilização (negligência) das funções parentais. Mas, se estes serviços derem prioridade às crianças desfavorecidas, se tiverem qualidade, estendendo «às comunidades através do apoio aos pais», os países onde se constata a deslocação massiva dos cuidados infantis fora de

---

<sup>7</sup> Para além dos estudos citados neste trabalho, sobre os benefícios das estruturas de cuidados infantis fora de casa, há ainda muitos outros que foram realizados pela Suécia, França, Estados Unidos e Nova Zelândia, e que estão em evidência no *Inocenti Report Card* n.º 8, p.11.

<sup>8</sup> Estes estudos, entre outros, que demonstram o lado positivo dos cuidados fora de casa na primeira infância podem ser visualizados em [www.unicef-irc.org](http://www.unicef-irc.org).



casa têm uma grande oportunidade de diminuir os efeitos da pobreza e das diferenças sociais no futuro de muitos milhões de crianças. (*Report Card* n.º 8, 2008)

## O LADO NEGATIVO DOS CUIDADOS INFANTIS FORA DE CASA: AS IMPLICAÇÕES NO COMPORTAMENTO ANTI-SOCIAL DA CRIANÇA

Paralelamente às evidências trazidas à lume relativamente aos benefícios que os cuidados em estruturas fora de casa (creches, infantários, etc) podem proporcionar às crianças pequenas, não menos evidente são as conclusões da psicanálise e da neurociência (Shonkoff e Phillips, 2000) através dos inúmeros estudos já divulgados que a interrupção dos cuidados maternos na primeira infância,<sup>9</sup> a carência, a privação emocional, dá início a uma perturbação psíquica que pode ter efeitos imediatos, «levando à doença somática e à morte ou à patologia mental precoce-psicótica, depressiva, deficitária» (Ferreira, 2002, p.58). As marcas destas privações podem ficar escondidas por algum tempo no interior da psique da criança, mas, mais cedo ou mais tarde, elas manifestar-se-ão sob a forma de personalidades desviantes.

A criança, sem uma mãe «devotada» que proporcione um «ambiente facilitador» (*holding*) (Winnicott, 2005) não consegue se integrar, se personalizar e se realizar como uma pessoa total. Se este processo não se desenrola como deve ser, a agressividade na criança transforma-se em destrutividade e violência. As perturbações precoces na estruturação do sistema nervoso da criança manifestam-se de tal maneira que a criança terá sérias dificuldades para ajustar as suas reações com o mundo que a rodeia (Pedroso, 2010).

---

<sup>9</sup> Na ótica de Donald Winnicott, a mãe é o primeiro «organizador psíquico» da criança. Mas isso não significa que somente ela influencia na construção da subjetividade da criança, o pai e o ambiente que a envolve possui igualmente um papel fundamental no seu desenvolvimento emocional.

E, nesta questão, entra os serviços de cuidados infantis fora de casa. Como vimos, se os cuidados maternos, em especial, tem uma importância crucial no desenvolvimento emocional da criança, por certo que o número de horas excessivas que as crianças passam fora de casa não é indicado e possui implicações no seu crescimento saudável, independentemente se a estrutura de cuidados é de alta ou de baixa qualidade. Evidentemente que estamos a falar daquelas situações em que a criança, para além de ficar tempo demasiado sob os cuidados de outros adultos e fora de casa, mesmo quando encontra-se na companhia dos pais, não recebe a atenção e os cuidados devidos. Ou seja, se houver atenção adequada dos pais, a influência deste fator é bem mais importante do que o número de horas que a criança passa numa estrutura de cuidados.

Isto vai ao encontro de um estudo longitudinal realizado conjuntamente por pesquisadores portugueses e americanos,<sup>10</sup> onde se constatou que «os modelos internos das crianças são construídos nas interações com as figuras de vinculação, por meio da qualidade do cuidado que estas figuras lhes providenciam» (Silva *et al*, 2008). Desse modo, na primeira infância, o fator relevante é o estabelecimento de uma vinculação segura com as figuras parentais, pois é isso que permitirá à criança construir posteriormente boas relações com os pares, fornecendo-lhe as fundações da capacidade de

---

<sup>10</sup> Esta investigação contou com a participação de 25 díades mãe-criança portuguesas e 47 díades mãe-criança americanas. As crianças tinham idades compreendidas entre os 2 e 3, 5 anos de idade. A idade média das mães era de 35-36 anos. Relativamente às habilitações literárias das mães, 56 % das mães portuguesas eram licenciadas, e as americanas 85% delas também possuíam licenciatura, sendo que deste número 50% obtiveram uma pós-graduação. O nível socioeconómico das mães portuguesas era médio/médio alto, enquanto o das americanas era médio. Das 25 mães portuguesas, 21 trabalhavam a tempo inteiro, já as americanas, todas trabalhavam, e algumas ainda estudavam cerca de 20 horas por semana. De ambos os países, as famílias foram recrutadas através de infantários e jardins de infância que as crianças frequentavam. Para maiores informações sobre este estudo, consultar nossas referências bibliográficas.

desenvolver relações sociais mais complexas. Ao contrário, crianças que têm uma vinculação insegura tendem geralmente a manifestar comportamentos como rejeição e hostilidade, levando-as muitas vezes a dar repostas agressivas (McElwain e Volling, 2004).

Se a criança é submetida desde a mais tenra idade a cuidados fora de casa, e se esses cuidados não são estáveis e constantes e, ainda, como já falamos, se os pais não interagem com a criança de modo satisfatório no período em que ela está na sua companhia, as suas capacidades sociais, emocionais e cognitivas certamente ficarão comprometidas. Portanto, para além da presença física da mãe e preferencialmente também do pai, é crucial, para a criança, a disponibilidade emocional das figuras parentais.

Investigações recentes da Universidade de Harvard<sup>11</sup> chamam a atenção para a importância dos níveis de *stress* nos primeiros meses e anos de vida da criança. Neste período, o *stress* excessivo e a ausência de uma figura parental devotada (que forneça tranquilidade à criança e ajude a baixar as hormonas de *stress* para patamares normais), poderá ocasionar uma programação errada dos níveis de *stress* do seu cérebro. Por outras palavras, introduzir uma criança tão pequena num mundo coletivo, num ambiente muitas vezes inadequado, com um ritmo imposto, em que o pessoal faz turnos como se de uma hospedaria temporária se tratasse, quando sabemos que a noção de tempo da criança pequena é tão diferente da nossa, faz com que a criança perca referências estruturantes em relação à sua própria identidade (Antier, 2006).

Os ativistas dos direitos humanos e, em particular, dos direitos das crianças, vêm expressando uma significativa preocupação em relação à deslocação massiva de crianças no

---

<sup>11</sup> Ver estudo desenvolvido por Jack Shonkoff, Diretor do Centro de Desenvolvimento da Criança da Universidade de Harvard (cf. nossas referências bibliográficas).

sentido de cuidados fora de casa. Um destes ativistas, o psicólogo australiano Biddulph, argumenta, com base nas suas investigações, que os cuidados fora de casa para crianças com menos de três anos de idade são totalmente contra-indicados. As disparidades que existem entre a teoria e a prática dos cuidados infantis são muitas e em diversos infantários e creches que ele visitou constatou que as melhores instituições tinham dificuldades em satisfazer as necessidades das crianças muito pequenas num contexto de grupo. Enquanto que as piores, para além de serem negligentes nas tarefas mais elementares, não tinham estruturas adequadas ao bem-estar das crianças - eram «inóspitas», um pesadelo para qualquer adulto, quanto mais para uma criança (Biddulph, 2006). Igualmente, entre nós, a psicóloga Ana Pinto, investigadora e docente da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, fez uma avaliação em diversas creches na zona do Porto e constatou que a maioria delas tinham pouca ou nenhuma qualidade e não iam ao encontro das necessidades das crianças, quer a nível de desenvolvimento, higiene e segurança.<sup>12</sup>

As crianças na primeira infância só querem uma coisa: cuidados individuais e atenção de uma pessoa devotada. «Os três primeiros anos de vida são aqueles em que as crianças são extremamente vulneráveis, em que têm uma enorme necessidade de cuidados individuais e de tudo o que estes comportam, para serem confiadas a estranhos numa estrutura coletiva» (Biddulph, 2006, p.29). Ora, se já restou comprovado pela ciência que as crianças que são colocadas em instituições de cuidados até aos três anos de idade sofrem elevados índices de *stress*, e que isso afeta o seu desenvolvimento cognitivo e emocional, redundando muitas vezes em comportamento anti-social, então porque não incluímos os nossos filhos em nossos afazeres diários, nos passeios, nas tarefas domésticas, nas

---

<sup>12</sup> Fonte: Revista Pais & Filhos, n.º 218, Março/2009, pp.37-39.

visitas a amigos e parentes, levá-los a um culto religioso (se for o caso) ou, ainda, a um jantar num restaurante. Porquê não? Na maioria dos casos, pai e mãe necessitam trabalhar fora de casa, tendo de delegar os cuidados essenciais e a educação dos filhos, em grande parte a outras pessoas. Num bom número de casos, a família transforma-se, na melhor das hipóteses, numa instituição de lazer de fim-de-semana. Assim, boa parcela das suas importantes funções parentais (nelas incluindo as tarefas educativas mais elementares) são deixadas de parte, em prol do chamado comodismo. E, desta forma, os laços familiares vão pouco a pouco se rompendo, seja porque a mãe não consegue se entregar à relação materna com os filhos durante a infância, ou porque o pai omite-se confortavelmente na sua função paternal. E, quando os problemas comportamentais começam a surgir na criança, os pais nunca reconhecem que a falha reside, talvez, na função que desempenham.

É evidente que nem todas as crianças que frequentam uma entidade de cuidados fora de casa (creche, infantário, etc) se tornam violentas, agressivas ou mais tarde seguem caminhos desviantes, pois algumas possuem certas capacidades inatas (resiliência), outras são favorecidas pelo comportamento dos pais que conseguem organizar a sua vida profissional e familiar, sem deixar de lado as suas obrigações parentais, ou seja, aproveitam todos os momentos possíveis (seja à noite, nos fins de semana, etc) para estar com o filho, dar a devida atenção, carinho, afeto, etc, de forma que a criança será menos sensível à separação dos pais, à estada com outros adultos e crianças.

Não é necessário ouvirmos a opinião de renomados estudiosos em vários campos do saber humano para percebermos que as crianças crescem melhor e de forma mais saudável quando há atenção individualizada das figuras parentais, quando há mais disponibilidade e mais afeto parental. O vínculo afetivo que se desenrola entre a criança e os

pais (ou quem os represente) é muito diferente daquele que é obtido por pessoas que são remuneradas para cuidar das crianças. Um adulto (homem ou mulher) que cuida de crianças nunca poderá apegar-se da mesma forma à criança como a sua progenitora, pois não é seu filho, não o desejou, não o concebeu, não o deu à luz, e justamente por isso não têm a mesma sensibilidade, a mesma devoção e amor para com ela. Também não podemos esquecer daquilo que os estudos e a nossa experiência revelam, no sentido de que as crianças, nas creches ou infantários, ficam mais vulneráveis às doenças, e as causas, ao que tudo indica, estão relacionadas com o *stress*, o cansaço devido ao tempo em que lá permanecem e, ainda, por conta do convívio com outras crianças.

Nas sociedades atuais poder-se-ia afirmar que as estruturas de cuidados infantis fora de casa vão ao encontro somente das exigências dos pais, não certamente das crianças. Hodiernamente, as mães são encorajadas após o parto a terem os seus bebês junto delas vinte e quatro horas por dia, porque já se comprovou os benefícios que isso traz à díade mãe-criança. Deixar os bebês em berçários, logo após o parto, é coisa do passado. Entretanto, após algumas semanas do nascimento da criança, parece que já não há problema algum colocá-la num infantário com apenas uma adulto a cuidar de dez delas (Biddulph, 2006). A advogada australiana Sherry, especialista em direitos humanos defende que nenhum homem, nenhuma mulher, tem «direito absoluto a uma carreira – seja homem ou mulher. Se optar por ter filhos, a sua responsabilidade principal é cuidar deles devidamente e se isso afetar a sua carreira, pois que afete a sua carreira».(*apud, Report Card, 2008, n.º 8*).

Seria muito bom que os infantários e creches pudessem ir ao encontro das exigências das famílias, permitindo aos pais criarem o seu filho em casa, até aos três anos de idade, preferencialmente. Mas, se as estruturas de cuidados fora de casa são mesmo indispensáveis para os pais, elas devem

responder a certas premissas e possuir determinadas prerrogativas. Primeiro, deve ser a família alargada da criança, no sentido de os educadores (cuidadores) serem encarados como membros da família da criança; segundo, é fundamental que haja estabilidade na função da figura (adulto) que cuida da criança, isto é, deve-se evitar que a criança passe de mão em mão, devendo receber sempre os cuidados da mesma pessoa; terceiro, é produtor que a criança veja os pais em permanente diálogo com as pessoas que cuidam dela, pois isso vai reforçar a noção de familiaridade, permitindo que a criança migre do ambiente familiar para o ambiente do infantário ou da creche, sem que sinta uma perda de segurança. Por último, e sem esgotar aqui os requisitos que uma estrutura de cuidados fora de casa deve preencher, um educador deve possuir a devida qualificação para exercer tão importante tarefa; deve ter um número limitado de crianças a seu cargo, visto que isso lhe possibilitará uma maior disponibilidade emocional para atender as demandas da criança. Estes são alguns dos requisitos básicos que uma estrutura de cuidados fora de casa deve preencher

## OS CUIDADOS NA PRIMEIRA INFÂNCIA E A LICENÇA PARENTAL REMUNERADA

Quando noutro momento afirmamos que para uma criança de até três anos de idade o ideal é permanecer sob os cuidados dos pais ou somente da figura materna, isto implica dizer que para os pais trabalhadores, essencialmente para as mães-trabalhadoras, esta questão não pode estar dissociada do direito à licença parental. Na atualidade, praticamente todos os países da OCDE, exceto a Austrália e os E.U.A., reconhecem o direito à licença parental remunerada, após o nascimento de uma criança. A duração média da licença parental nos países da OCDE, embora com diferentes patamares de remuneração, atualmente aproxima-se em um ano, incluindo a licença pré-

natal e de maternidade. Porém, o assunto sobre os cuidados infantis e a «questão da idade», têm suscitado inúmeros debates e controvérsias nos países da OCDE, e isto tem corroborado para a adoção de políticas e práticas muito distintas (*Report Card*, nº 8, 2008)

No Reino Unido, na Austrália, e nos E.U.A., uma boa parte das crianças com idade inferior a um ano frequenta algum tipo de estrutura de cuidados fora de casa. Numa situação muito diferente encontram-se os países nórdicos, como a Finlândia, a Noruega e a Suécia, onde os cuidados infantis fora de casa em crianças com menos de um ano de idade são muito raros. Sempre que os pais possam fazer uma opção e desde que exista apoio necessário do Estado para que isso se realize, eles próprios preferem cuidar dos seus filhos pequenos. Na Suécia, em particular, ainda nos anos oitenta os cuidados fora de casa eram fortemente subsidiados e muito utilizados. Porém, uma nova política nesta matéria mudou por completo a vida de muitas crianças e de muitos pais, o que provocou uma mudança social profunda nesta sociedade. Com a introdução da licença parental de um ano, com oitenta por cento do salário subsidiado pelo governo, as crianças passaram a receber os cuidados dos pais, na sua própria casa.

Hoje em dia, pouquíssimas crianças com menos de dezoito meses frequentam algum tipo de estrutura de cuidados fora de casa, uma vez que o pai e a mãe têm direito, cada um deles, a sessenta dias de licença parental, e um dos progenitores a uma licença adicional de trezentos e sessenta dias, por cada criança (*Report Card*, nº 8, 2008. Além disso, ambos os progenitores têm direito a trabalhar somente seis horas por dia até os filhos entrarem para a escola. O fato de não somente a mãe, mas inclusive o pai poder ficar em casa nos primeiros anos de vida da criança pode também explicar os baixos índices (18%) de separação e divórcio desde 1995, na Suécia.<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> Para além do *Inocent Report Card* nº 8 , 2008, que forneceu estes dados,



Não somente a experiência dos países nórdicos, mas inclusive as recentes constatações da neurociência (ver *Report Card*, n.º 8, 2008) demonstram, entre outras coisas, que as licenças parentais alargadas e bem remuneradas, contribuem não somente para fomentar a amamentação, como criam condições para a interação constante, íntima, confiante, tranquilizadora e direta com os pais, ingredientes que todas as crianças na primeira infância necessitam.

Os críticos desta ideia podem até argumentar que os pais não são as únicas pessoas capazes de suprir as necessidades das crianças, contudo, mesmo que isso fosse devidamente considerado, mesmo assim deveria ser levado em conta as inúmeras dificuldades de ordem prática e económica no sentido de formar, remunerar, e supervisionar o número significativo de profissionais qualificados necessários, de forma que pudessem garantir os cuidados necessários e adequados para as crianças desta faixa etária, bem como oferecer todas as condições para o seu pleno desenvolvimento.

## NECESSIDADE DE UMA POLÍTICA SOCIAL SÓLIDA VOLTADA À PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Ao lançarmos um olhar nos resultados do estudo desenvolvido pela Unicef, torna-se impossível não questionar a política de certos países,<sup>14</sup> incluindo Portugal, em que os cuidados fora de casa está a processar-se de uma forma *ad hoc*. É muito provável que estes países não estejam levando devidamente em conta a importância do desenvolvimento emocional da criança na primeira infância e as suas implicações futuras. Igualmente, é flagrante a constatação do

---

igualmente pode-se encontrar mais informações a respeito em [www.sweden.se](http://www.sweden.se).

<sup>14</sup> Dentre eles, Islândia, E.U.A., Reino Unido, Portugal, Itália e Espanha, de acordo com o *Innocenti Report Card* n.º 8, 2008, p.2.

fato de estes Estados não levarem em consideração o enunciado do Art.29.º da Convenção sobre os Direitos da Criança, onde diz que «a educação da criança deve destinar-se a promover o desenvolvimento da personalidade da criança, dos seus dons e aptidões mentais e físicas na medida das suas potencialidades». E ainda, no que concerne ao dever do Estado relativamente a esta questão, extraímos do Comentário Geral n.º 7 deste mesmo diploma legal, que «[...] todos os governos são incentivados a trabalhar no sentido do cumprimento dos direitos das crianças mais pequenas através da adoção de políticas, leis, programas, práticas abrangentes, e da formação profissional e investigação».

Ora, uma vez que a Convenção dos Direitos da Criança (preâmbulo) reconhece que «a criança, para o desenvolvimento harmonioso da sua personalidade, deve crescer num ambiente familiar, em clima de felicidade, amor e compreensão», os Estados necessitam intervir urgentemente nesta questão, não somente no sentido do agir como «Estado-providência», estabelecendo normas e atribuindo subsídios às famílias, mas sobretudo adotando uma postura ativa intervencionista e de controlo nas instituições de cuidados infantis, devendo definir não só os indicadores de qualidade na prestação deste tipo de serviços, bem como criando programas de formação de educadores infantis, voltados para práticas construtivistas que integrem saúde e educação, família e instituição.<sup>15</sup>

É preciso, é urgente, elaborar uma política social sólida relativamente a primeira infância. Atualmente, em Portugal, «está-se a gastar milhões de euros na reinserção de menores

---

<sup>15</sup> Afirmamos tal necessidade, principalmente porque na legislação em vigor (Decreto Lei 30/89, de 24 de Janeiro), que regula o funcionamento das instituições de cuidados infantis com fins lucrativos, não há definição de indicadores de padrões de qualidade que estas estruturas devem ter, pois é isto que permite avaliar a qualidade efetiva de uma instituição de cuidados. A lei enuncia de uma forma genérica os requisitos que estas entidades devem preencher, elementos que, a nosso ver, não são suficientes para avaliar a qualidade dos serviços prestados.

delinquentes, quando na verdade os gastos deveriam ser com o apoio à maternidade e à família nos primeiros anos de vida da criança, porque é aí que se define a delinquência mais tarde», na opinião de Maia Neto.<sup>16</sup>

O estudo desenvolvido pelo Centro de Pesquisa Innocenti da Unicef (*Report Card* n.º 8, 2008) sobre os cuidados fora de casa na primeira infância, para além de analisar as oportunidades e os riscos envolvidos nesta questão, propõe um conjunto de padrões mínimos para a proteção dos direitos das crianças nos primeiros anos de vida, período fundamental do desenvolvimento da personalidade humana. Analisando o conjunto dos vinte e cinco países que compõem a OCDE, e de acordo com os dados apresentados pelo *Report Card*, n.º 8, Portugal situa-se nos últimos lugares em termos de medida de apoio à infância, tendo em conta os indicadores de referência internacionalmente aplicáveis para a educação e cuidados na primeira infância. É de ressaltar que o único país que cumpre todos os padrões de referência é a Suécia (10), seguida da Islândia (8), Dinamarca (8), Finlândia (8), França (8) e Noruega (8).<sup>17</sup>

Se já sabemos que os pais, especialmente a mãe é de fundamental importância para o desenvolvimento da criança e

---

<sup>16</sup> Francisco Maia Neto é Procurador da República e Membro da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, em Portugal, em entrevista ao Jornal «A página da Educação». Disponível em: [http://www.selecoes.pt/meninos\\_criminosos](http://www.selecoes.pt/meninos_criminosos). Acesso em: 25 de setembro de 2010.

<sup>17</sup> De acordo com a tabela apresentada pelo *Report Card*, n.º 8, 2008, ao todo são 10 indicadores de referência: licença parental de 1 ano c/ 50% do salário; um plano nacional que dê prioridade às crianças desfavorecidas; serviços de assistência à infância subsidiados e regulados p/ 25% das crianças menores de 3 anos; serviços de educação para a primeira infância subsidiados e acreditados para 80% das crianças de 4 anos; 80% de todos os funcionários das estruturas de cuidados com formação; 50% dos funcionários dos serviços de educação para a primeira infância com curso superior e especialização relevante; rácio mínimo de funcionários por criança de 1:15 na educação pré-escolar; 1,0% do PIB gasto em serviços para a primeira infância; taxa de pobreza infantil inferior a 10%; alcance quase universal dos serviços essenciais de saúde infantil. Cf. *Inocenti Report Card* n.º 8, 2008, p.2.

que ela (mãe) necessita de todo o apoio (do pai, da família, da comunidade, da escola e de outros atores sociais) para poder desempenhar bem o seu papel, então uma política de proteção integral dos direitos da criança deve abranger não somente a criança, mas inclusive a mãe e o pai, fornecendo-lhes todo o apoio necessário no criar e educar o seu filho.

## CONCLUSÃO

A conclusão que se pode extrair desse estudo, principalmente espelhando-nos no *Report Card*, n.º 8, 2008, é que a tendência generalizada em muitos países da OCDE na deslocação dos cuidados na primeira infância fora de casa e nos serviços de educação desta geração, por um lado, possui alguns aspectos positivos, desde que estes serviços sejam de alta qualidade, uma vez que proporcionam às crianças um melhor começo de vida, principalmente àquelas oriundas de classes desfavorecidas; limitando desta forma a criação precoce de desigualdades e acelerando os progressos de igualdade das mulheres.

Todavia, em muitos países as instituições de cuidados de qualidade são proibitivamente caras para famílias de baixa renda e até para famílias de renda média que não contam com subsídios do Estado e nenhum tipo de provimento neste sentido, levando-os a recorrer a serviços de «amas», ou até mesmo de infantários que não oferecem nenhuma qualidade nos serviços prestados. Por isso, é fundamental a criação de programas específicos destinados à promoção do desenvolvimento infantil, assunto este que a nosso ver é uma grave responsabilidade não só dos pais, mas dos empregadores e do Estado. A exemplo do que já ocorre nos países nórdicos (especialmente a Suécia) e na Holanda, ao Estado caberia aumentar os subsídios e alargar as licenças parentais e ainda intervir e monitorar a qualidade dos serviços prestados por

estas entidades e, quanto aos empregadores, deveriam contribuir com uma parte dos custos dos cuidados infantis por empregado. Somente com a criação de políticas sociais de apoio às mulheres-mães trabalhadoras, permitir-lhes-á equilibrar as demandas do trabalho e os cuidados necessários das crianças.

Por outro lado, quando se percebe que o Estado se omite nesta importante tarefa, que muitos serviços desta ordem não possuem garantias mínimas de qualidade, porque quase sempre o pessoal técnico que as compõe não possui nenhuma ou pouca qualificação apropriada, quando se verifica que não houve nenhum planeamento e que não há nenhum tipo de monitoramento destas entidades por parte do Estado, e ainda, quando os pais dispõem de pouco tempo para o convívio e atenção para com os filhos, então é muito provável que o lado negativo enunciado neste estudo venha a concretizar-se.

Desse modo, esperamos que esta abordagem sirva de alerta, de reflexão e debate públicos, seja, enfim, aquele «ponto cego» que muitos de nós até então não tínhamos vislumbrado, pelo menos nesta perspectiva.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Antier, E. (2006). *Agressividade*. Trad. Ana Moura. Cascais: Pergaminho.
- Biddulph, Steve. (2006). *Raising Babies: Should under 3s go to nursery? Harper Thorsons*, Londres.
- Bowlby, J. (1981). *Cuidados maternos e saúde mental*. Trad. Vera Lúcia de Souza e Irene Rizzini. São Paulo: Martins Fontes.

- Branco, M.E.C. (2000). *Vida, pensamento e obra de João dos Santos*. Lisboa: livros Horizonte.
- Cleveland G; Krashinsky, M. (2003). *Financing ECEC Services in OECD Countries*, Toronto: Universidade de Toronto.
- Ferreira, T. (2002). *Em defesa da criança: teoria e prática psicanalítica da infância*. (2.<sup>a</sup> ed.) Lisboa: Assírio & Alvim.
- Maranhão, D.G. (1998). *O cuidado como elo entre saúde e educação: um estudo de caso no berçário de uma creche*. (Diss). São Paulo: UFSC: EPM.
- McElwain, N. L., & Volling, B. L.(2004). *Attachment security and parental sensitivity during infancy: Associations with friendship quality and false-belief understanding at age 4*. *Journal of Social and Personal Relationships*.
- Pedroso, R.A.R. (2010). *Delinquência Juvenil: uma abordagem desenvolvimentista em criminologia*. (Diss). Lisboa: FDUL.
- Sá, E.(2009). *Esboço para uma nova psicanálise*. Coimbra: Almedina.
- Shonkoff, J.P.; Phillips, D.A. (eds.), (2000). *Board on Children, Youth and Families, Commission on Behavioral and Social Sciences and Education, National Academy Press, Washington, D.C.*
- Silva, F.; Fernandes, M.; Veríssimo, M.; Shin, N.; Vaughn, B.E.; Bost, K.K. (2008), 3 (XXVI): 411-422. *A concordância entre o comportamento de base segura com a mãe nos primeiros anos de vida e os modelos internos dinâmicos no pré-escolar*. Lisboa: Análise Psicológica.
- Sylva,K.; Siraj-Blatchford, I. (2001). *The relationship between children's developmental progress in the pre-school period and two rating scales*. (49k pdf file) International ECERS Network Workshop in Santiago, Chile.

- \_\_\_\_\_; et al. (2003). *The Effective Provision of Pre-School Education [EPPE] Project A Longitudinal Study funded by the DFES (1997-2003)*. (64k pdf file) The EPPE Symposium at the British Educational Research Association (BERA) Annual Conference. Herriot Watt.
- \_\_\_\_\_; Leach, P.; Stein, A.; Barnes, J.; Malmberg, L.; & FCCC team (2007) 22(1): 118–136. *Family and child factors related to the use of non-maternal infant care: an english study*. *Early Childhood Research Quarterly*. Consultado em: [http://www.familieschildrenchildcare.org/fccc\\_frames\\_home.html](http://www.familieschildrenchildcare.org/fccc_frames_home.html).
- Unicef. *Report Card, n.º 8* (2008). *Centro de Pesquisas Innocenti*, Itália.
- Vygotsky, L. S. (1991). *A formação social da mente: o desenvolvimento sobre os processos psicológicos superiores* (4ª ed). São Paulo: Martins Fontes.
- Wallon, H. (1995). *As origens do caráter na criança*. São Paulo: Nova Alexandria.
- Winnicott, D.W. (2000). *Da pediatria à psicanálise - obras escolhidas*. Trad. Davi Bogomoletz. Rio de Janeiro: Imago.
- \_\_\_\_\_. (2005). *A família e o desenvolvimento individual*. Trad. Marcelo Cipolla (3.ª ed). São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. (1990). *Natureza Humana*. Trad. Davi Bogomoletz: Rio de Janeiro: Imago.